

Vozes da floresta

Em 2025, as discussões sobre a crise climática viveram um momento inédito: pela primeira vez na história um evento de magnitude global deste setor reuniu líderes mundiais na região amazônica, precisamente em Belém do Pará, para realização da COP30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Comunità conversou com a bióloga italiana Emanuela Evangelista sobre o que avançou no evento e o que ainda precisa de solução no campo socioambiental

ROBERTA GONÇALVES

A COP30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, foi marcada por protestos de indígenas e dos povos tradicionais que reivindicaram uma participação mais presente nas pautas. No evento, a bióloga Emanuela Evangelista, fundadora e presidente da ONG Amazônia ETS (www.amazoniabr.org) participou de dois momentos da COP: o encontro *Amazônia: estratégias e boas práticas para evitar o colapso — uma experiência de 25 anos*, no Pavilhão da Itália, e um evento paralelo intitulado *Amplificando as vozes de jovens, mulheres e povos indígenas: iniciativas por uma justiça climática justa* e organizado com o parceiro Amazon Charitable Trust.

Em entrevista exclusiva à **Comunità Italiana**, Evangelista aborda a dificuldade de se alcançar um consenso sobre combustíveis fósseis:

— É difícil porque estamos falando de uma mudança profunda no modelo de desenvolvimento que sustentou a economia global nas últimas décadas — analisa.

que existem “barreiras estruturais” no acesso à educação e no reconhecimento do valor dos saberes tradicionais. A presidente da Amazônia ETS celebra a participação dos povos indígenas e tradicionais, que, segundo ela, foi a maior já registrada em uma COP, tanto nos espaços onde as decisões são efetivamente tomadas, quanto em eventos paralelos, painéis e debates. No mês que exalta o Dia Internacional da Mulher, Emanuela enaltece a força das indígenas que, em muitas comunidades, são guardiãs de conhecimentos essenciais sobre o uso sustentável da floresta.

Comunità Italiana — Durante a COP30, você coordenou eventos no pavilhão da Itália. Um deles trouxe dados importantes de sua experiência ao longo de 25 anos na floresta. Foram tra-



Outro ponto polêmico observado pela bióloga italiana, que vive há mais de 10 anos na comunidade de Xixuauí, na divisa entre os estados do Amazonas e de Roraima, é a demarcação de terras indígenas que, segundo Emanuela, encontra obstáculos relacionados à diversidade de interesses econômicos (mineração, agropecuária e infraestrutura), além de pressões políticas, desafios institucionais e burocráticos.

No campo de pesquisa acadêmica, ela resalta um “avanço muito importante” na presença de jovens e mulheres indígenas, mas reconhece também

tados também temas delicados, como a dependência dos combustíveis fósseis e as emissões de poluentes. Por que é tão difícil chegar a um consenso sobre estas questões?

Emanuela Evangelista — O consenso sobre combustíveis fósseis é difícil porque estamos falando de uma mudança profunda no modelo de desenvolvimento que sustentou a economia global nas últimas décadas. Reduzir drasticamente o uso desses recursos significa transformar sistemas energéticos, cadeias produtivas e hábitos de consumo. Na Amazônia, vemos de forma muito clara as consequências desse modelo: a floresta reage às mudanças climáticas, os rios mudam, as secas e as cheias se tornam mais extremas. Por isso, acredito que o grande desafio não seja apenas técnico, mas também político e cultural. A

vasto como o Brasil, a extensão territorial e o conflito de interesses seriam elementos complicadores desse contexto? Quais outros fatores você destacaria?

EE — A demarcação de territórios indígenas é uma medida fundamental. Diversos estudos mostram que as áreas indígenas estão entre as regiões mais bem preservadas da Amazônia. Onde os povos da floresta mantêm seus territórios, a floresta con-

EE — Nos últimos anos vimos um avanço muito importante na presença de jovens e mulheres indígenas no campo da pesquisa. Muitos deles estão entrando nas universidades, participando de projetos científicos e também conduzindo pesquisas sobre seus próprios territórios. Isso é extremamente positivo. Ao mesmo tempo, ainda existem barreiras estruturais, tanto no acesso à educação quanto no reconhecimento do valor dos sabe-



No pavilhão da Itália, Emanuela coordenou eventos onde contou um pouco de sua experiência ao longo de 25 anos na floresta, interagindo também com povos tradicionais



transição precisa acontecer, mas exige cooperação real entre países e uma responsabilidade maior por parte de quem historicamente mais contribuiu para as emissões.

CI — Em 17 de novembro do ano passado, após vários protestos na COP30, um comunicado oficial do governo divulgou a demarcação de dez territórios indígenas distribuídos por sete estados, processo que deve ser concluído com a homologação do presidente da República. Mesmo com essas iniciativas, você acha que ainda falta muito para uma solução definitiva ou já avançamos bastante? Em um país tão

tinua em pé. Ao mesmo tempo, ainda há um longo caminho pela frente. O Brasil é um país de dimensões continentais e com uma enorme diversidade de interesses econômicos — mineração, agropecuária e infraestrutura. Isso torna os processos complexos e muitas vezes sujeitos a pressões políticas. Além disso, ainda existem desafios institucionais e burocráticos que tornam o percurso de demarcação muito lento.

CI — Na COP30, outro evento coordenado por você celebrou a atuação de jovens e mulheres indígenas no campo da pesquisa científica. Você acha que ainda há muito preconceito/barreiras neste setor? Por quê?

'Durante muito tempo o conhecimento indígena foi visto como algo separado da ciência. Hoje estamos começando a entender que esses conhecimentos são complementares e fundamentais para compreender ecossistemas complexos como a Amazônia'

res tradicionais. Durante muito tempo o conhecimento indígena foi visto como algo separado da ciência. Hoje estamos começando a entender que esses conhecimentos são complementares e fundamentais para compreender ecossistemas complexos como a Amazônia.

CI — A Conferência Climática de Belém também foi marcada por protestos indígenas e dos povos tradicionais, que reivindicavam mais representatividade no evento, bem como presença atuante nas discussões que decidiam sobre a preservação dos seus territórios. Você também acha que este público poderia ter participado mais dos momentos de decisão? Por quê?

EE — A participação dos povos indígenas e tradicionais foi a maior já registrada em uma COP, tanto nos espaços onde as decisões são efetivamente tomadas, quanto em eventos paralelos, painéis e debates. A força dessa presença foi tão grande que tomou as ruas e trouxe propostas concretas, soluções reais e também a reivindicação de direitos básicos, como à saúde e ao território, como no caso dos protestos que levaram ao reconhecimento dos territórios indígenas. As comunidades tradicionais vivem nos territórios mais estratégicos para a conservação da biodiversidade

e do clima. Incluir suas vozes nas decisões não é apenas uma questão de justiça, mas também de eficácia das políticas ambientais.

CI — Especialmente este mês, em que celebramos o Dia Internacional da Mulher, como avalia o papel da mulher indígena no contexto atual? Quais foram as principais conquistas dos últimos anos e o que falta para melhorar?

EE — As mulheres indígenas têm hoje um papel cada vez mais visível e importante. Em muitas comunidades, elas são guardiãs de conhecimentos essenciais sobre o uso sustentável da floresta, sobre as plantas medicinais e so-

bre a transmissão cultural entre gerações. Nos últimos anos, também têm assumido posições de liderança política e se tornaram vozes muito fortes nos debates sobre clima e conservação. Ao mesmo tempo, ainda enfrentam muitos desafios, como desigualdade no acesso à educação, dificuldades econômicas e situações de violência. Fortalecer essas lideranças é essencial para o futuro das comunidades da floresta.

CI — Para a ONG Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), a COP30 “frustrou expectativas” sobre combustíveis fósseis, desmatamento e financiamento climático, mas consolidou “marcos relevantes” em justiça climática, em gênero e na participação dos povos. No cômputo geral, você compartilha dessa avaliação? O que acrescentaria?

EE — Em parte, compartilho dessa avaliação. De fato, muitas expectativas em relação aos combustíveis fósseis e ao financiamento climático não avançaram tanto

Os eventos discutiram também o papel da mulher indígena no contexto atual. A bióloga italiana lembrou que, em muitas comunidades, elas são guardiãs de conhecimentos essenciais sobre o uso sustentável da floresta



‘Muitas expectativas em relação aos combustíveis fósseis e ao financiamento climático não avançaram [na COP30] tanto quanto se esperava. Por outro lado, houve progressos importantes no reconhecimento da justiça climática e no papel de mulheres, jovens e povos indígenas nas soluções para a crise ambiental’



quanto se esperava. Por outro lado, houve progressos importantes no reconhecimento da justiça climática e no papel de mulheres, jovens e povos indígenas nas soluções para a crise ambiental. Para mim, uma das mensagens mais fortes é que enfrentar a crise climática exige um esforço coletivo global, algo que na Amazônia chamamos de “mutirão”, quando uma comunidade inteira se une para realizar um trabalho que ninguém conseguiria fazer sozinho. A crise climática exige exatamente esse tipo de ação coletiva. 